

# Termo de Referência 95/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
95/2025	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	MARIA DE LURDES MOURA ROCHA	11/06/2025 09:53 (v 26.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		00088.000082/2025-36

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 00088.000006/2025-21)

### TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios sob demanda, conforme condições, quantidades, e exigências, estabelecidas neste instrumento:

Nº do item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quant.	Requisição mínima	Requisição máxima	Cotação 2025	Valor total
1	465596	Biscoito, sabor: queijo, características adicionais: sem recheio, tipo: meia lua. Ingredientes: fécula de mandioca, polvilho azedo, amido modificado. Cada biscoito deverá ter aproximadamente 25 gramas, fornecido em pacote de 01 kg	Quilograma	430	1	430	R\$ 28,35	R\$ 12.190,50
2	446393	Manteiga de primeira qualidade, com sal, Pote 500 g	Unidade	330	1	330	R\$ 19,92	R\$ 6.573,60
		Pão de queijo, base da massa: polvilho doce ou azedo e queijo, ingredientes						

3	460493	adicionais: com outros sabores, formato: coquetel, mini, apresentação: cru congelado	Quilograma	600	1	600	R\$ 13,31	R\$ 7.986,00
4	464468	Polpa de fruta, tipo ABACAXI, apresentação congelada, pacote com 100 gramas	Quilograma	100	1	100	R\$ 18,01	R\$ 1.801,00
5	464485	Polpa de fruta, tipo CAJÁ, apresentação congelada, pacote de 100g	Quilograma	360	1	360	R\$ 12,10	R\$ 4.356,00
6	464475	Polpa de fruta, tipo: MANGA, apresentação: congelada, pacote de 100g	Quilograma	100	1	100	R\$ 9,56	R\$ 956,00
7	464461	Polpa de fruta, tipo MORANGO, apresentação congelada, pacote de 100g	Quilograma	100	1	100	R\$ 21,47	R\$ 2.147,00
8	464489	Polpa de fruta, tipo TAMARINO, apresentação congelada, pacote de 100g	Quilograma	50	1	50	R\$ 19,22	R\$ 961,00
9	464465	Polpa de fruta, tipo: UVA, apresentação: congelada, pacote de 100g	Quilograma	50	1	50	R\$ 11,78	R\$ 589,00
10	464474	Polpa de fruta, tipo: MARACUJÁ, apresentação: congelada, pacote de 100g	Quilograma	50	1	50	R\$ 13,59	R\$ 679,50
11	447771	Presunto cozido, sem capa de gordura, peça inteira	Quilograma	200	1	200	R\$ 21,91	R\$ 4.382,00
12	447774	Presunto cozido, sem capa de gordura, fatiado, embalagem de 200gr	Quilograma	100	1	100	R\$ 21,47	R\$ 2.147,00
13	446657	Queijo meia cura / padrão, Elaborado com leite de vaca pasteurizado tipo A, coalho e sal. Textura firme e macia, cor branco-	Quilograma	50	1	50	R\$ 52,28	R\$ 2.614,00

		amarelada, com casca fina, sem presença de soro em sua embalagem.						
14	446660	Queijo minas frescal, embalado ,Elaborado com leite de vaca pasteurizado tipo A, coalho e sal. Textura levemente firme e bem macia, cor branca.	Quilograma	60	1	60	R\$ 37,51	R\$ 2.250,60
15	446639	Queijo prato, embalado, Elaborado com leite de vaca integral pasteurizado, corante natural de urucum, fermento láctico, coalho e sal. Textura firme e macia, cor branco-amarelada	Quilograma	150	1	150	R\$ 47,05	R\$ 7.057,50
16	216793	Requeijão, ingredientes: creme de leite, tipo: cremoso, conservação: 1 a 10 °c, peso: 200 g, tipo embalagem: copo vidro, Copo de 200g	Unidade	200	1	200	R\$ 7,83	R\$ 1.566,00
<b>TOTAL GRUPO 1</b>								<b>R\$ 58.256,70</b>
<b>GRUPO 2 -PANIFICAÇÃO</b>								
Nº do item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Requisição mínima	Requisição máxima	Cotação 2025	Valor total
17	461736	Biscoito amanteigado, tipo petit four, doce e salgado, nos seguintes sabores: Neva, Chocominas, crocante de nutela, nata com goiabada, ou outro do mesmo padrão.	Quilograma	360	1	360	R\$ 42,32	R\$ 15.235,20
		Pão, base: de farinha de trigo refinada, tipo: de forma, tipo adicional: de						

18	460402	leite, apresentação: fatiado, tipo embalagem: embalagem individual, Embalagem de 500 g (pão de forma tradicional)	Embalagem de 500g	500	1	500	R\$ 8,21	R\$ 4.105,00
19	460403	Pão, base: de farinha de trigo integral, tipo: de forma, apresentação: fatiado, tipo embalagem: embalagem individual, Embalagem de 500g (pão de forma integral)	Embalagem de 500g	400	1	400	R\$ 12,01	R\$ 4.804,00
20	460380	Pão mini francês , cerca de 25g cada	Quilograma	100	1	100	R\$ 20,76	R\$ 2.076,00
21	460381	Pão mini francês integral , cerca de 25g cada	Quilograma	100	1	100	R\$ 23,36	R\$ 2.336,00
22	456881	Mini croissant recheado , cerca de 25g cada	Quilograma	150	1	150	R\$ 45,19	R\$ 6.778,50
<b>TOTAL GRUPO 2</b>								<b>R\$ 35.334,70</b>
<b>GRUPO 3 - INDUSTRIALIZADOS</b>								
Nº do item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Requisição mínima	Requisição máxima	Cotação 2025	Valor total
23	353155	Açúcar sachê, cristal, sacarose, cana de açúcar, acondicionados em caixa c/ 400 unidades com Sachês 5g	Unidade	10	1	10	R\$ 27,79	R\$ 277,90
24	422397	Adoçante sachê , Caixa c/ 1.000 unid	Unidade	5	1	5	R\$ 48,35	R\$ 241,75
25	264051	Amendoim tipo japonês , Pacote 500g	Unidade	50	1	50	R\$ 9,86	R\$ 493,00
26	463696	Azeite, espécie vegetal: de oliva, tipo: puro, teor da acidez: extravirgem - menor que 0,5%. Embalagem 500 ml	Unidade	30	1	30	R\$ 30,99	R\$ 929,70
27	463967	Barra de cereais, sabores diversos, embalagem 22g	Unidade	800	1	800	R\$ 1,86	R\$ 1.488,00

28	217129	Biscoito água e sal, Pacote 400g	Unidade	600	12	600	R\$ 5,05	R\$ 3.030,00
29	229180	Biscoito aveia e mel, Pacote 160g	Unidade	600	12	600	R\$ 5,67	R\$ 3.402,00
30	217132	Biscoito maizena, doce, retangular, sem recheio, Pacote 400g	Unidade	650	12	650	R\$ 5,44	R\$ 3.536,00
31	245803	Biscoito redondo, sabor coco, sem recheio, tipo rosquinha, Pacote 500g	Unidade	600	12	600	R\$ 9,27	R\$ 5.562,00
32	320657	Biscoito, apresentação: redondo, classificação: salgado, tipo: salclick, Pacote 200g	Unidade	650	12	650	R\$ 4,61	R\$ 2.996,50
33	255866	Biscoito wafer, retangular, sabores variados, Pacote 140g	Unidade	600	12	600	R\$ 4,19	R\$ 2.514,00
34	464542	Castanha de caju torrada, produto industrializado,	Quilograma	20	1	20	R\$ 67,57	R\$ 1.351,40
35	464543	Castanha do Pará torrada e sem casca, produto industrializado,	Quilograma	20	1	20	R\$ 65,55	R\$ 1.311,00
36	233890	Chá de gengibre com limão, Caixa c/ 10 sachês	Unidade	70	1	70	R\$ 11,26	R\$ 788,20
37	290267	Chá verde, Caixa c/ 10 sachês	Unidade	50	1	50	R\$ 3,75	R\$ 187,50
38	233887	Chá frutas vermelhas , caixa com 10 saches	Unidade	50	1	60	R\$ 4,87	R\$ 292,20
39	462689	Geleia, tipo: frutas, sabor damasco, Pote 360g	UNIDADE	50	1	50	R\$ 19,49	R\$ 974,50
40	445995	Leite longa vida integral, Caixa de 1 litro	UNIDADE	200	1	200	R\$ 5,73	R\$ 1.146,00
41	241553	Molho pimenta, composição: água,pimenta vermelha moída, vinagre de álcool, sal, aplicação: alimentos, tipo uso: culinária em geral, Frasco de 60 ml	Unidade	15	1	15	R\$ 12,18	R\$ 182,70
		Torrada, tipo: de mini pão tipo						

42	460532	canapés, base da massa: farinha de trigo refinada, tradicional, embalagem com 110G	Unidade	50	1	50	R\$ 6,80	R\$ 340,00
43	381379	Vinagre, matéria-prima: aceto balsâmico, tipo: neutro, acidez: 4 per, aspecto físico: líquido, aspecto visual: límpido, Frasco 500 ml	Unidade	14	1	14	R\$ 13,35	R\$ 186,90
44	459658	Maionese pote de 500gr	Unidade	50	1	50	R\$ 8,95	R\$ 447,50
45	459638	Azeitona sem caroço – 500 g	Unidade	60	1	60	R\$ 22,47	R\$ 1.348,20
46	448992	Atum sólido lata de 170 g	Unidade	80	1	80	R\$ 10,93	R\$ 874,40
47	407523	Adoçante Sucralose 75 ml	Unidade	50	1	50	R\$ 6,67	R\$ 333,50
48	352500	Adoçante sacarina sódica e ciclamato de sódio 100 ml	Unidade	30	1	30	R\$ 8,22	R\$ 246,60
49	445998	Leite zero lactose, Caixa de 1 lt	Unidade	80	1	80	R\$ 7,60	R\$ 608,00
50	462729	Gelatina Alimentícia, pó, variado 15 g	Unidade	540	1	540	R\$ 2,26	R\$ 1.220,40
51	464444	Damasco desidratado seco	Quilograma	25	1	25	R\$ 71,13	R\$ 1.778,25
52	461092	Sal Sachê 1 g, caixa co 1000 unid	Unidade	5	1	5	R\$ 22,15	R\$ 110,75
53	454017	Sal refinado	Quilograma	12	1	12	R\$ 2,43	R\$ 29,16
<b>TOTAL GRUPO 3</b>								<b>R\$ 38.228,01</b>
<b>GRUPO 4 - REFRIGERANTE E SUCO</b>								
Nº do item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Requisição mínima	Requisição máxima	Cotação 2025	Valor total
54	217784	Refrigerante, água gasosa, xarope tipo cola. Marca de referência: Coca-Cola ou de melhor qualidade Lata 310 ml ou 350 ml	Unidade	500	12	500	R\$ 3,35	R\$ 1.675,00
		Refrigerante, água gasosa, xarope tipo cola zero. Marca de						

55	347150	referência: Coca-Cola ou de melhor qualidade Lata 310 ml ou 350 ml	Unidade	460	12	460	R\$ 3,15	R\$ 1.449,00
56	217785	Refrigerante, água gasosa, xarope tipo guaraná. Marca de referência: Antártica ou de melhor qualidade Lata 350 ml	Unidade	460	12	460	R\$ 3,24	R\$ 1.490,40
57	232358	Refrigerante, água gasosa, xarope tipo guaraná zero. Marca de referência: Antártica ou de melhor qualidade lata 350 ml	Unidade	460	12	460	R\$ 2,88	R\$ 1.324,80
58	464751	Suco concentrado sabor MARACUJÁ. Marca de referência: Maguary ou de melhor qualidade	Garrafa 500 ml	800	12	800	R\$ 7,75	R\$ 6.200,00
59	252018	Suco concentrado sabor CAJU. Marca de referência: Maguary ou de melhor qualidade	Garrafa 500 ml	800	12	800	R\$ 4,20	R\$ 3.360,00
60	397629	Suco concentrado sabor GOIABA. Marca de referência: Maguary ou de melhor qualidade	Garrafa 500 ml	400	12	400	R\$ 4,71	R\$ 1.884,00
61	279607	Suco concentrado sabor UVA. Marca de referência: Maguary ou de melhor qualidade	Garrafa 500 ml	800	12	800	R\$ 5,47	R\$ 4.376,00
62	298885	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, sabor CAJU	Caixa 1 litro	800	12	800	R\$ 4,56	R\$ 3.648,00
		Suco, apresentação						

63	464759	líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, sabor GOIABA	Caixa 1 litro	800	12	800	R\$ 4,81	R\$ 3.848,00
64	298880	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, sabor LARANJA	Caixa 1 litro	700	12	700	R\$ 4,99	R\$ 3.493,00
65	298886	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, sabor MANGA	Caixa 1 litro	400	12	400	R\$ 5,04	R\$ 2.016,00
66	298883	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, sabor PÊSSEGO	Caixa 1 litro	800	12	800	R\$ 4,43	R\$ 3.544,00
67	298881	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, sabor UVA	Caixa 1 litro	800	12	800	R\$ 4,66	R\$ 3.728,00
<b>TOTAL GRUPO 4</b>								<b>R\$ 42.036,20</b>
<b>VALOR TOTAL</b>								<b>R\$ 173.855,61</b>

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contado da sua assinatura, prorrogável por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. Havendo prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, serão renovados os exatos quantitativos estabelecidos pela Ata, desde que seja economicamente vantajoso, e ocorra dentro do período de vigência da Ata.

1.5. A contratação será firmada por meio de aceite da Nota de Empenho, tendo em vista tratar-se de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, na forma do Art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.



1.7. O critério de julgamento será pelo Menor Preço por Grupo.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 , conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000004/2025

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024

III) Id do item no PCA: 39; 40; 41; 42; 43; 44; 45;46; 47;48; 49.

IV) Classe/Grupo: 8915 - FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES

8910 - OVOS E LATICÍNIOS

8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS

8905 - CARNES, AVES E PEIXES

8925 - AÇÚCAR, CONFEITOS, CASTANHAS, NOZES E SIMILARES

8955 - CAFÉ, CHÁ E CHOCOLATE

8945 - ÓLEOS E GORDURAS COMESTÍVEIS

8930 - GELEIAS, CONSERVAS E GELATINAS

8950 - CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS

8940 - ALIMENTOS ESPECIAIS DIETÉTICOS E PREPARADOS ALIMENTÍCIOS

8960 - BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS

V) Identificador da Futura Contratação: 110001-270/2025

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Os materiais deverão ser entregues devidamente embalados, deverão respeitar fielmente as especificações dispostas neste Termo de Referência, além de apresentarem as características necessárias para sua aceitação, quais sejam:

3.2.1. Os produtos industrializados deverão estar devidamente embalados, apresentando a data de fabricação, de validade, além do nº do lote de fabricação;

3.2.2. Os produtos não poderão apresentar furo ou violação da embalagem;

### 3.3. DA VALIDADE DO PRODUTO

3.3.1 Para produtos industrializados será exigida validade mínima de 06 (seis) meses a partir da emissão da Nota Fiscal.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratação deverá obedecer ao disposto na Lei n. 12.305/2010 referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resoluções RDC Anvisa 717/2022 e Instrução Normativa Número 60 de 2019 da Anvisa; artigo 8º da Lei n. 9782/99 risco a saúde pública - embalagens e Registro na ANVISA nos termos da RDC 27/2010.

### Indicação de marcas ou modelos

4.2. O uso de marcas de referências serve apenas como parâmetro de qualidade do objeto para facilitar sua descrição, podendo ser produto com a mesma qualidade ou que apresente características superiores aos destacados no item 1.1.1 deste Termo de Referência.

### Da exigência de amostra

4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.4. Serão exigidas amostras de todos os itens da planilha destacados no item 1.1. deste Termo de Referência.

4.5. As amostras poderão ser entregues no endereço Palácio do Planalto, na Coordenação de Subsistência no (Depósito de Gêneros Alimentícios), em frente ao Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF, no prazo limite de 03 (três) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.8. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

1. Qualidade do produto;
2. conservação das embalagens;
3. prazo de validade.

4.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.10. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.12. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 2 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

### Subcontratação

4.13. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

4.14. Não será exigida à garantia da contratação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 24 horas, contados da confirmação de recebimento por meio de "aceite da Nota de empenho, encaminhada via correio eletrônico, em dias úteis.

5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 06 (seis) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação.

5.4. Os produtos serão entregues de acordo com as especificações deste Termo de Referência, no local indicado, no seguinte endereço:

a) UASG 110001 - Presidência da República - Palácio do Planalto (Depósito de Gêneros Alimentícios): Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF, no horário de 08:00 às 11:30 e de 14:00 às 17:00, nos telefones (61) 3411- 3215, (61) 3411- 3290 e (61) 3411-5860.

5.5. O bem deverá ser entregue acondicionado em embalagem própria, para cada item, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da contratação, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato decorrente do registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços comunicará ao gestor do contrato decorrente do registro de preços, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato decorrente do registro de preços verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato decorrente do registro de preços atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato decorrente do registro de preços:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato decorrente do registro de preços contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato decorrente do registro de preços, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato decorrente do registro de preços.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial da contratação;
- b) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**7.2.4. Multa:**

7.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

1. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 7.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 7.1, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
3. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do subitem 7.1, a multa será de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do subitem 7.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 7.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

7.2.4.2. 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

7.2.4.3. 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10(dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SI serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 06 (seis) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.11.1. o prazo de validade;
- 8.11.2. a data da emissão;
- 8.11.3. os dados da contratação e do órgão contratante;
- 8.11.4. o período respectivo de execução da contratação;
- 8.11.5. o valor a pagar; e
- 8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

8.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na , conforme as regras deste presente Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020 tópico.

8.27. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o , tudo nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992 Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

#### **Reajuste**

8.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/04/2024.

8.32. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anuidade.



8.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.34. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.35. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.36. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.39. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

### Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

### CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica**

9.22. Não há exigência de Qualificação Econômica- Financeira e Qualificação Técnica, foram dispensadas considerando o que é previsto no inciso III do art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021, por ser entrega imediata sob demanda.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 173.855,61 ( cento e setenta e três mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavo).

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 110001;

II) Fonte de recursos: 1000000000;

III) Programa de trabalho: 168492;

IV) Elemento de despesa: 339030. .

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília, 09/05/2025.

---

MARIA DE LURDES MOURA ROCHA

Coordenadora de Subsistência

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

### ANEXO I

## **Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

***Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021***

### **FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 05(cinco) dias úteis*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## **14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

### **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

## **15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9. A Administração terá o prazo de 01(um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, dentro do prazo, nos locais solicitados, em dias úteis e não úteis, conforme exigências constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

## **17. 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

### **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **18. 6. DOS CASOS OMISSOS**

### **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **19. 7. ALTERAÇÕES**

### **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 20. 8. FORO

### 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 21. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

### ANEXO II

#### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



**MARIA DE LURDES MOURA ROCHA**

Coordenadora de Subsistência



*Assinou eletronicamente em 11/06/2025 às 09:39:45.*

**PAULA VITORIA TEIXEIRA CASTRO**

GR V



*Assinou eletronicamente em 11/06/2025 às 09:53:28.*

# Estudo Técnico Preliminar 43/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 00088.000082/2025-36

## 2. Descrição da necessidade

- 2.1 A Coordenação de Subsistência é responsável por atender as demandas de gêneros alimentícios do Gabinete Pessoal do Presidente da República, além de ser responsável por fornecer os itens para a realização do serviço de copa completa para as reuniões das autoridades da PR no Palácio do Planalto.
- 2.2 Considerando a proximidade de término de vigência das Atas de Registro de Preços nº 48, 49 e 50/2024, por esta razão faz-se necessário realizar nova contratação para substituição das atas atualmente vigente, com vencimentos em **02/07/2025**.
- 2.3 Os quantitativos são baseados em documento enviado pelo setor requisitante, sob responsabilidade do DGI/PR, e em relatórios de consumo dos itens utilizados no serviço de copa completa, emitidos do SIADS.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GABINETE PRESIDENCIAL /DGI E SERVIÇO DE COPA COMPLETA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA	Coordenação de Subsistência

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. Descrição dos Requisitos da Contratação
- 4.1. Os materiais deverão ser entregues devidamente embalados, deverão respeitar fielmente as especificações dispostas no Termo de Referência, além de apresentarem as características necessárias para sua aceitação, quais sejam:
- 4.1.1. Os produtos industrializados deverão estar devidamente embalados, apresentando a data de fabricação, de validade, além do nº do lote de fabricação;
- 4.1.2. Os produtos não poderão apresentar furo ou violação da embalagem;
- 4.2. DA VALIDADE DO PRODUTO
- 4.2.1 Para produtos industrializados será exigida validade mínima de 06 (seis) meses a partir da emissão da Nota Fiscal;
- 4.3 DA ESCOLHA DA MARCA DE REFERÊNCIA
- 4.3.1 O uso de marcas de referências serve apenas como parâmetro de qualidade do objeto para facilitar sua descrição, podendo ser produto com a mesma qualidade ou que apresente características superiores aos destacados no item 1.1.1 do Termo de Referência.
- 4.4 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DE AMOSTRAS:
- 4.4.1 Será solicitado amostra de todos os produtos.

4.4.1.1 A amostra deverá ser entregue, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da solicitação do Pregoeiro, por meio de mensagem no sistema, no seguinte endereço: Palácio do Planalto, na Coordenação de Subsistência no (Depósito de Gêneros Alimentícios), em frente ao Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF.

4.4.1.1.1 A amostra deverá estar identificada da seguinte maneira:

- a) Número do Pregão;
- b) Número do item;
- c) Nome da empresa licitante.

4.4.1.2 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

#### 4.5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.5.1. O prazo de entrega é de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento por meio da "aceite da Nota de Empenho".

4.5.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 06 (seis) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5.3 O recebimento definitivo dos produtos será feito pelo fiscal da Ata, imediatamente após sua entrega, atestando-se sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.5.4 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação.

4.5.5 Os produtos serão entregues de acordo com as especificações do Termo de Referência, nos locais indicados, no seguinte endereço:

a) Palácio do Planalto (Depósito de Gêneros Alimentícios): Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150- 900, em Brasília-DF.

4.5.6 O bem deverá ser entregue acondicionado em embalagem própria, para cada item, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.5.7. Considerando o disposto no inc. XI do Decreto 11462/2023, não será permitida a adesão posterior à Ata de Registro de Preços a órgãos não participantes, visto que a Coordenação de Subsistência não dispõe de capacidade para gerenciamento posterior de atas, nos termos do inc. I do art. 7º, do Decreto 11462/2023.

4.5.8. É necessário que o fornecimento seja parcelado tendo em vista que grande parte dos produtos são destinados ao consumo diário do Gabinete Pessoal do Presidente da República, reuniões das autoridades da PR no Palácio do Planalto, exigindo-se que a entrega seja parcelada, com recebimento semanal ou até mesmo diário.

4.5.9. Diante o exposto, faz-se necessário o parcelamento do fornecimento.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 A aquisição de gêneros alimentícios são amplamente realizada por órgãos e entidades, com a finalidade de atender as necessidades da administração.

5.2 Para o levantamento de mercado foram realizadas pesquisas no Pannel de Preços, com contratos da Administração Pública, e consulta de preços enviados às empresas.

5.3 Como método para obtenção do preço estimado em atendimento ao Inciso I da IN 65/ 2021, foi adotada a metodologia da média para itens, que melhor atende o interesse da Administração.

5.4 Nas contratações similares consultadas, realizadas por outros órgãos e entidades, não foram identificadas a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, do que esta pretendida.

5.5 As exigências para a contratação do objeto não são impeditivas e não demonstraram diminuir o interesse de potenciais fornecedores na participação do futuro processo licitatório.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Considerando que a Coordenação de Subsistência é responsável por atender as demandas do Gabinete Presidencial, faz-se necessário realizar nova contratação para complementar a Ata existente.

6.2. A modalidade de licitação pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) é a ideal, tendo em vista que permite adequar as condições do planejamento à renovação do estoque, mediante o consumo, sem que comprometa a totalidade dos recursos financeiros e a estocagem, além da possibilidade da contratada fazer as entregas parceladas, conforme as necessidade da contratante.

6.3. O tipo de solução foi embasado na ata vigente, a qual se adequa melhor às pretensões da Presidência da República que é licitação na modalidade pregão por Sistema de Registro de Preços (SRP), por meio da Ata de Registro de Preços (ARP), que garante o fornecimento do material sem a obrigatoriedade de compra.

6.4. A nova contratação proposta visa dar continuidade à prestação de serviços de gêneros Alimentícios ao Gabinete Pessoal do Presidente da República, reuniões das autoridades da PR no Palácio do Planalto.

6.5. A metodologia adotada, para se obter o preço de referência, foi a média e mediana de preços, uma vez que, proporcionou uma visão mais próxima dos preços, atualmente praticados junto ao mercado.

6.6. Havendo prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, combinado com Art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023, serão renovados os exatos quantitativos estabelecidos pela Ata, desde que seja economicamente vantajoso, e ocorra dentro do período de vigência da Ata; e

6.7. A necessidade foi demonstrada no item 2 do presente ETP.

6.8. Os requisitos da contratação foram elencados no item 4 do presente ETP.

6.9. Os levantamentos de Mercado no item 5 do presente ETP.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A quantidade foi definida com base no documento enviado pela área requisitante, além disso, para os itens "gêneros alimentícios, foram utilizados os relatórios de consumo emitidos do SIADS:

Consumo dos itens gêneros alimetícios -								
Item	Códigos	Descrição	2022	2023	2024	Demanda do Gab. Pessoal	Demanda Cosub	Quantitativo total
1	217129	Biscoito água e sal	368	299	371	200	400	600
2	229180	Biscoito aveia e mel	154	226	253	100	500	600
3	217132	Biscoito maizena, doce, retangular, sem recheio	260	318	251	150	500	650
4	245803	Biscoito de coco, redondo, sem recheio, tipo rosquinha	190	244	230	100	500	600
5	320657	Biscoito, redondo, salgado, sem recheio, tipo aperitivo, sabor salsalito / salpet	202	261	304	150	500	650
6	255866	Biscoito wafer, retangular, sabores variados	131	202	214	100	500	600
7	397627	Suco concentrado <b>sabor maracujá</b> . Marca de referência: Maguary ou similar ou de melhor qualidade	0	151	256	300	500	800

8	252018	Suco concentrado <b>sabor caju</b> . Marca de referência: Maguary ou similar ou de melhor qualidade	153	171	264	300	500	800
9	397629	Suco concentrado <b>sabor goiaba</b> . Marca de referência: Maguary ou similar ou de melhor qualidade	156	212	250	0	400	400
10	279607	Suco concentrado <b>sabor uva</b> . Marca de referência: Maguary ou similar ou de melhor qualidade	111	339	283	300	500	800
11	298885	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, <b>sabor cajú</b>	95	178	216	300	500	800
12	397629	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, <b>sabor goiaba</b>	103	190	210	300	500	800
13	298880	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, <b>sabor laranja</b>	102	144	150	300	400	700
14	298886	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, <b>sabor manga</b>	152	165	171	0	400	400
15	298883	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, <b>sabor pêssego</b>	55	121	224	300	500	800
16	298881	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, <b>sabor uva</b>	152	323	254	300	500	800
17	465596	Biscoito, sabor: queijo, características adicionais: sem recheio, tipo: meia lua. Ingredientes: fécula de mandioca, polvilho azedo, amido modificado. Cada biscoito deverá ter em torno de 25 gramas fornecido em pacote de 01 kg	20	283	165	<b>430</b>	0	430
18	446393	Manteiga de primeira qualidade, com sal	44	100	138	<b>330</b>	0	330
19	460493	Pão de queijo, basa da massa: polvilho doce ou azedo e queijo, ingredientes adicionais: com outros sabores, formato: coquetel, mini, apresentação: cru congelado	40	307	293	<b>600</b>	0	600
20	464468	Polpa de fruta, tipo ABACAXI, apresentação congelada, pacote com 100 gramas	0	0	40	<b>100</b>	0	100
21	464485	Polpa de fruta, tipo CAJÁ, apresentação congelada, pacote de 100g	0	99	175	<b>360</b>	0	360
22	464475	Polpa de fruta, tipo: MANGA, apresentação: congelada, pacote de 100g	5	36	45	<b>100</b>	0	100
23	464461	Polpa de fruta, tipo MORANGO, apresentação congelada, pacote de 100g	0	0	60	<b>100</b>	0	100
24	464489	Polpa de fruta, tipo TAMARINO, apresentação congelada, pacote de 100g	0	19	0	<b>50</b>	0	50
25	464465	Polpa de fruta, tipo: UVA, apresentação: congelada, pacote de 100g	0	43	0	<b>50</b>	0	50

26	464474	Polpa de fruta, tipo: MARACUJÁ, apresentação: congelada, pacote de 100g	5	27	51	<b>50</b>	0	50
27	447771	Presunto cozido, sem capa de gordura, peça inteira	0	50	92	<b>200</b>	0	200
28	447774	Presunto cozido, sem capa de gordura, fatiado, embalagem de 200gr	0	0	5	<b>100</b>	0	100
29	446657	Queijo meia cura / padrão, embalado em pacote de 250g. Elaborado com leite de vaca pasteurizado tipo A, coalho e sal. Textura firme e macia, cor branco-amarelada, com casca fina, sem presença de soro em sua embalagem.	0	26	12	<b>50</b>	0	50
30	446660	Queijo minas frescal, embalado em pacote de 250 gramas. Elaborado com leite de vaca pasteurizado tipo A, coalho e sal. Textura levemente firme e bem macia, cor branca.	0	35	41	<b>60</b>	0	60
31	446639	Queijo prato, embalado em pacote de 250g. Elaborado com leite de vaca integral pasteurizado, corante natural de urucum, fermento láctico, coalho e sal. Textura firme e macia, cor branco-amarelada	0	51	58	<b>150</b>	0	150
32	216793	Requeijão, ingredientes: creme de leite, tipo: cremoso, conservação: 1 a 10 °c, peso: 200 g, tipo embalagem: copo vidro	0	79	124	<b>200</b>	0	200
33	258319	Salgado Biscoito amanteigado, tipo petit four, doce e salgado, nos seguintes sabores: Castanha do Pará, nata com goiabada, rosquinha com canela, rosquinha de queijo ou outros do mesmo padrão	0	114	146	<b>360</b>	0	360
34	460402	Pão, base: de farinha de trigo refinada, tipo: de forma, tipo adicional: de leite, apresentação: fatiado, tipo embalagem: embalagem individual	0	134	126	<b>500</b>	0	500
35	460403	Pão, base: de farinha de trigo integral, tipo: de forma, apresentação: fatiado, tipo embalagem: embalagem individual	0	118	142	<b>400</b>	0	400
36	460380	Pão mini francês, cerca de 25g cada	0	26	78	<b>100</b>	0	100
37	460381	Pão mini francês integral, cerca de 25g cada	0	24	69	<b>100</b>	0	100
38		Mini croissant recheado	0	0	0	<b>150</b>	0	150
39	463988	Açúcar sachê, cristal, sacarose, cana de açúcar, caixa c/ 400 unidades- Sachês 5g	1	10	6	<b>10</b>	0	10
40	422397	Adoçante sachê 5g - Caixa c/ 1.000	0	3	1	<b>5</b>	0	5
41	264051	Amendoim tipo japonês	45	13	50	<b>50</b>	0	50
42	463696	Azeite, espécie vegetal: de oliva, tipo: puro, teor da acidez: extravirgem - menor que 0,8% - Embalagem 500 ml	0	19	19	<b>30</b>	0	30
43	51691	Barra de cereais, sabores diversos, embalagem 22g	222	500	96	<b>800</b>	0	800
44	389677	Castanha de caju torrada, produto industrializado	10	95	70	<b>20</b>	0	20

45	464543	Castanha do Pará torrada e sem casca, produto industrializado, em	1	9	4	<b>20</b>	0	20
46	233890	Chá de gengibre com limão	12	55	24	<b>70</b>	0	70
47	290267	Chá verde	0	41	30	<b>50</b>	0	50
48	233887	Chá frutas vermelhas	0	18	56	<b>60</b>	0	60
49	462689	Geleia, tipo: frutas, sabor damasco	0	13	40	<b>50</b>	0	50
50	445995	Leite longa vida integral	0	146	164	<b>200</b>	0	200
51	241553	Molho pimenta, composição: água, pimenta vermelha moída, vinagre de álcool, sal, aplicação: alimentos, tipo uso: culinária em geral	4	15	15	<b>15</b>	0	15
52	460532	Torrada, tipo: de mini pão tipo canapés, base da massa: farinha de trigo refinada, tradicional, embalagem com	0	10	92	<b>50</b>	0	50
53	381379	Vinagre, matéria-prima: aceto balsâmico, tipo: neutro, acidez: 4 per, aspecto físico: líquido, aspecto visual: límpido	0	9	9	<b>14</b>	0	14
54	<b>459658</b>	Maionese pote de 500gr	0	18	29	<b>50</b>	0	50
55	459638	Azeitona sem caroço – 200gr	0	26	14	<b>60</b>	0	60
56	448992	Atum sólido lata de 170gr	0	30	74	<b>80</b>	0	80
57	407523	Adoçante Sucralose 75 ml	0	9	12	<b>50</b>	0	50
58	352500	Adoçante sacarina sódica e ciclamato de sódio 100 ml	0	9	20	<b>30</b>	0	30
59	445998	Leite zero lactose	0	30	28	<b>80</b>	0	80
60		Gelatina Alimentícia, pó, variado	0	0	0	<b>540</b>	0	540
61		Damasco desidratado seco natura	0	0	0	<b>25</b>	0	25
62		Sal Sachê caixa com 1000 unid	0	0	0	<b>5</b>	0	5
63		Sal refinado	0	0	0	<b>12</b>	0	12
64	217784	Refrigerante, água gasosa, xarope tipo cola. Marca de referência: Coca-Cola ou similar ou de melhor qualidade	300	220	340	<b>500</b>	0	500
65	347150	Refrigerante, água gasosa, xarope tipo cola zero. Marca de referência: Coca-Cola ou similar ou de melhor qualidade	246	220	376	<b>460</b>	0	460
66	217785	Refrigerante, água gasosa, xarope tipo guaraná. Marca de referência: Antártica ou similar ou de melhor qualidade	160	280	364	<b>460</b>	0	460
67	232358	Refrigerante, água gasosa, xarope tipo guaraná zero. Marca de referência: Antártica ou similar ou de melhor qualidade	274	208	364	<b>460</b>	0	460

7.2. Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios sob demanda, conforme condições, quantidades, e exigências, estabelecidas neste instrumento:

GRUPO 1 - FRIOS				
Nº DO			UNIDADE DE	QUANTIDADE

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	FORNECIMENTO	TOTAL
1	465596	Biscoito, sabor: queijo, características adicionais: sem recheio, tipo: meia lua. Ingredientes: fécula de mandioca, polvilho azedo, amido modificado. Cada biscoito deverá ter aproximadamente 25 gramas, fornecido em pacote de 01 kg	Quilograma	430
2	446393	Manteiga de primeira qualidade, com sal, Pote 500 g	Unidade	330
3	460493	Pão de queijo, base da massa: polvilho doce ou azedo e queijo, ingredientes adicionais: com outros sabores, formato: coquetel, mini, apresentação: cru congelado	Quilograma	600
4	464468	Polpa de fruta, tipo ABACAXI, apresentação congelada, pacote com 100 gramas	Quilograma	100
5	464485	Polpa de fruta, tipo CAJÁ, apresentação congelada, pacote de 100g	Quilograma	360
6	464475	Polpa de fruta, tipo: MANGA, apresentação: congelada, pacote de 100g	Quilograma	100
7	464461	Polpa de fruta, tipo MORANGO, apresentação congelada, pacote de 100g	Quilograma	100
8	464489	Polpa de fruta, tipo TAMARINO, apresentação congelada, pacote de 100g	Quilograma	50
9	464465	Polpa de fruta, tipo: UVA, apresentação: congelada, pacote de 100g	Quilograma	50
10	464474	Polpa de fruta, tipo: MARACUJÁ, apresentação: congelada, pacote de 100g	Quilograma	50
11	447771	Presunto cozido, sem capa de gordura, peça inteira	Quilograma	200
12	447774	Presunto cozido, sem capa de gordura, fatiado , embalagem de 200gr	Quilograma	100
13	446657	Queijo meia cura / padrão, Elaborado com leite de vaca pasteurizado tipo A, coalho e sal. Textura firme e macia, cor branco-amarelada, com casca fina, sem presença de soro em sua embalagem.	Quilograma	50
14	446660	Queijo minas frescal, embalado , Elaborado com leite de vaca pasteurizado tipo A, coalho e sal. Textura levemente firme e bem macia, cor branca.	Quilograma	60
15	446639	Queijo prato, embalado, Elaborado com leite de vaca integral pasteurizado, corante natural de urucum, fermento láctico, coalho e	Quilograma	150



		sal. Textura firme e macia, cor branco-amarelada		
16	216793	Requeijão, ingredientes: creme de leite, tipo: cremoso, conservação: 1 a 10 °c, peso: 200 g, tipo embalagem: copo vidro, Copo de 200g	Unidade	200
<b>GRUPO 2 -PANIFICAÇÃO</b>				
<b>Nº DO ITEM</b>	<b>CATMAT</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE DE FORNECIMENTO</b>	<b>QUANTIDADE TOTAL</b>
0	461736	Biscoito amanteigado, tipo petit four, doce e salgado, nos seguintes sabores: Neva, Chocominas, crocante de nutela, nata com goiabada, ou outro do mesmo padrão.	Quilograma	360
18	460402	Pão, base: de farinha de trigo refinada, tipo: de forma, tipo adicional: de leite, apresentação: fatiado, tipo embalagem: embalagem individual, Embalagem de 500 g (pão de forma tradicional)	Embalagem de 500g	500
19	460403	Pão, base: de farinha de trigo integral, tipo: de forma, apresentação: fatiado, tipo embalagem: embalagem individual, Embalagem de 500g (pão de forma integral)	Embalagem de 500g	400
20	460380	Pão mini francês , cerca de 25g cada	Quilograma	100
21	460381	Pão mini francês integral , cerca de 25g cada	Quilograma	100
22	456881	Mini croissant recheado , cerca de 25g cada	Quilograma	150
<b>GRUPO 3 - INDUSTRIALIZADOS</b>				
<b>Nº DO ITEM</b>	<b>CATMAT</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE DE FORNECIMENTO</b>	<b>QUANTIDADE TOTAL</b>
23	353155	Açúcar sachê, cristal, sacarose, cana de açúcar, acondicionados em caixa c/ 400 unidades com Sachês 5g	Unidade	10
24	422397	Adoçante sachê , Caixa c/ 1.000 unid	Unidade	5
25	264051	Amendoim tipo japonês , Pacote 500g	Unidade	50
26	463696	Azeite, espécie vegetal: de oliva, tipo: puro, teor da acidez: extravirgem - menor que 0,5%. Embalagem 500 ml	Unidade	30
27	463967	Barra de cereais, sabores diversos, embalagem 22g	Unidade	800
28	217129	Biscoito água e sal, Pacote 400g	Unidade	600
29	229180	Biscoito aveia e mel, Pacote 160g	Unidade	600
30	217132	Biscoito maizena, doce, retangular, sem recheio, Pacote 400g	Unidade	650

31	245803	Biscoito redondo, sabor coco, sem recheio, tipo rosquinha, Pacote 500g	Unidade	600
32	320657	Biscoito, apresentação: redondo, classificação: salgado, tipo: salclick, Pacote 200g	Unidade	650
33	255866	Biscoito wafer, retangular, sabores variados, Pacote 140g	Unidade	600
34	464542	Castanha de caju torrada, produto industrializado,	Quilograma	20
35	464543	Castanha do Pará torrada e sem casca, produto industrializado,	Quilograma	20
36	233890	Chá de gengibre com limão, Caixa c/ 10 sachês	Unidade	70
37	290267	Chá verde, Caixa c/ 10 sachês	Unidade	50
38	233887	Chá frutas vermelhas , caixa com 10 saches	Unidade	50
39	462689	Geleia, tipo: frutas, sabor damasco, Pote 360g	UNIDADE	50
40	445995	Leite longa vida integral, Caixa de 1 litro	UNIDADE	200
41	241553	Molho pimenta, composição: água, pimenta vermelha moída, vinagre de álcool, sal, aplicação: alimentos, tipo uso: culinária em geral, Frasco de 60 ml	Unidade	15
42	460532	Torrada, tipo: de mini pão tipo canapés, base da massa: farinha de trigo refinada, tradicional, embalagem com 110G	Unidade	50
43	381379	Vinagre, matéria-prima: aceto balsâmico, tipo: neutro, acidez: 4 per, aspecto físico: líquido, aspecto visual: límpido, Frasco 500 ml	Unidade	14
44	459658	Maionese pote de 500gr	Unidade	50
45	459638	Azeitona sem caroço – 500 g	Unidade	60
46	448992	Atum sólido lata de 170 g	Unidade	80
47	407523	Adoçante Sucralose 75 ml	Unidade	50
48	352500	Adoçante sacarina sódica e ciclamato de sódio 100 ml	Unidade	30
49	445998	Leite zero lactose, Caixa de 1 lt	Unidade	80
50	462729	Gelatina Alimentícia, pó, variado 15 g	Unidade	540
51	464444	Damasco desidratado seco	Quilograma	25
52	461092	Sal Sachê 1 g, caixa co 1000 unid	Unidade	5
53	454017	Sal refinado	Quilograma	12

**GRUPO 4 - REFRIGERANTE E SUCO**

Nº DO ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE TOTAL
54	217784	Refrigerante, água gasosa, xarope tipo cola. Marca de referência: Coca-Cola ou de melhor qualidade Lata 310 ml ou 350 ml	Unidade	500
		Refrigerante, água gasosa, xarope		

55	347150	tipo cola zero. Marca de referência: Coca-Cola ou de melhor qualidade Lata 310 ml ou 350 ml	Unidade	460
56	217785	Refrigerante, água gasosa, xarope tipo guaraná. Marca de referência: Antártica ou de melhor qualidade Lata 350 ml	Unidade	460
57	232358	Refrigerante, água gasosa, xarope tipo guaraná zero. Marca de referência: Antártica ou de melhor qualidade lata 350 ml	Unidade	460
58	464751	Suco concentrado sabor MARACUJÁ. Marca de referência: Maguary ou de melhor qualidade	Garrafa 500 ml	800
59	252018	Suco concentrado sabor CAJU. Marca de referência: Maguary ou de melhor qualidade	Garrafa 500 ml	800
60	397629	Suco concentrado sabor GOIABA. Marca de referência: Maguary ou de melhor qualidade	Garrafa 500 ml	400
61	279607	Suco concentrado sabor UVA. Marca de referência: Maguary ou de melhor qualidade	Garrafa 500 ml	800
62	298885	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, sabor CAJU	Caixa 1 litro	800
63	464759	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, sabor GOIABA	Caixa 1 litro	800
64	298880	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, sabor LARANJA	Caixa 1 litro	700
65	298886	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, sabor MANGA	Caixa 1 litro	400
66	298883	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, sabor PÊSSEGO	Caixa 1 litro	800
67	298881	Suco, apresentação líquida, natural, pronto para consumo e embalagem tipo longa vida, sabor UVA	Caixa 1 litro	800

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 173.855,61

8.1. Estimativa do valor da contratação - R\$ 173.855,61 (cento e setenta e três mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. É necessário que o fornecimento seja parcelado tendo em vista que grande parte dos produtos são destinados ao consumo diário do Gabinete Pessoal da Presidência da República e alguns produtos são perecíveis, exigindo-se que a entrega seja parcelada, com recebimento semanal ou até mesmo diário.

9.2. Diante o exposto, faz-se necessário o parcelamento do fornecimento.

9.3. Esclarecemos que a contratação será feita por grupos, sendo que o fracionamento por item é a regra geral das contratações públicas, sempre que assim for tecnicamente viável, a fim de se aumentar a competitividade pela ampla participação de licitantes, e em grupo no caso que a existência de itens de características semelhantes, em geral fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividades, ser mais atrativo por gerarem maior valor de contratação, possibilitando maior economia de escala com a redução de preços por parte das licitantes.

9.4. A justificativa para o agrupamento dos itens (art. 40, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021), nestes termos:

a) compatibilidade técnica dos itens agrupados, uma vez que se baseou na junção de itens intrinsecamente relacionados, ou seja, que são fornecidos por empresas de mesmo ramo de negócios, o que irá manter a competitividade no certame e não prejudicará os potenciais interessados em participar da licitação;

b) ampliação do número de interessados na licitação, já que em grupo gera-se um maior vulto econômico, atraindo mais interessados, aumentando significativamente a competitividade;

c) aquisição mais vantajosa pelo menor preço, quanto maior o número de interessados, menor os valores de contratação, gerando economicidade para Administração Pública; e

d) redução de problemas advindos na fase de contratação (entregas frustradas, instauração de processos sancionadores) não são raros os casos de a Administração solicitar a entrega de materiais em pequenos volumes e valores que tornam o fornecimento economicamente prejudicial ou inviável à contratada, ocasionando atrasos na entrega e mesmo a recusa em entregar, o que pode ser verificado mediante diversos pedidos de liberação de fornecimento e mesmo por meio da instauração de processos sancionadores, que acabam por aumentar, sobremaneira, o custo administrativo vinculado à aquisição dos bens. Nesse sentido, o agrupamento possibilita a redução dos custos logísticos, resultando na redução do não atendimento da necessidade da Administração e dos custos administrativos adicionais com a adoção das medidas sancionatórias.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há nenhuma contratação correlata e/ou interdependentes com as necessidades da Presidência da República.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 As aquisições foram contempladas no PAC - Plano Anual de Contratações de 2025, conforme itens informados anexo.

11.2 A contratação está alinhada ao planejamento do órgão, conforme DFD nº 280/2024 do PCA (Plano de Contratações Anual).

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A Coordenação de Subsistência pretende alcançar os seguintes resultados:

a) Cumprir as competências desta Coordenação;

b) Garantir o atendimento das necessidades do Gabinete Pessoal.

c) Atender as demandas referentes aos serviços de reuniões da Presidência da República;

d) Zelar pelo bem público com o mínimo de investimento possível, baseando-se na previsão de demanda enviada pelo Gabinete Pessoal e nos relatórios de consumo, extraídos do SIADS.

### 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não há providências a serem adotadas, uma vez que os agentes públicos detém capacitação de cursos e experiências na atividade, como também a estrutura está adequada ao volume e acondicionamento de ambiente para a manutenção dos estoques.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não há evidências de impactos ambientais na aquisição pretendida.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declaraviável esta contratação.

### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIA DE LURDES MOURA ROCHA**

Coordenadora de Subsistência



Assinou eletronicamente em 11/06/2025 às 09:41:29.

**PAULA VITORIA TEIXEIRA CASTRO**

GR V



Assinou eletronicamente em 11/06/2025 às 09:53:06.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Tabela consolidada dos relatorios.xlsx (23.51 KB)
- Anexo II - PLANILHA DE SUBSTITUIÇÃO DAS ATAS - ATA 48 a 50-2024 - DGI - QUANTITATIVO.xlsx (13.55 KB)